

RELATÓRIO

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DO SÃO JOÃO PREV

outubro/2024



INTRODUÇÃO

O Relatório tem por finalidade apresentar as atividades tramitadas na área administrativa e demonstrar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do Instituto de Previdência no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar os dados sobre números de servidores ativos e inativos, quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõem.

BENEFÍCIOS

O Instituto de Previdência de São João da Boa Vista concedeu 02 (duas) aposentadorias e 01 (uma) pensão no mês de outubro.

Os processos de concessão de benefícios previdenciários foram analisados pela Diretoria Benefícios e pelo Diretor Jurídico, garantindo assim que os mesmos atendam aos requisitos legais estabelecidos para sua concessão e pagamento. Todos os processos de concessão de benefícios foram analisados e aprovados pelos membros do Conselho de Administração e as respectivas Portarias publicadas em Jornal Oficial do Município.

SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de outubro.

QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 31/10/2024

PLANO FINANCEIRO

SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	638	2	38	0	678
PENSIONISTAS	119	3	9	0	131
TOTAL - INATIVOS	757	5	47	0	809
ATIVOS	625	1	69	3	698

PLANO PREVIDENCIÁRIO

SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	274	2	16	0	292
PENSIONISTAS	80	0	2	0	82
TOTAL - INATIVOS	354	2	18	0	374
ATIVOS	1.363	9	193	7	1.572

TOTAL GERAL - PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	912	4	54	0	970
PENSIONISTAS	199	3	11	0	213
TOTAL - INATIVOS	1.111	7	65	0	1.183
ATIVOS	1.988	10	262	10	2.270

RECEITAS E DESPESAS – APURAÇÃO DE INSUFICIÊNCIAS

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma regular nos planos Financeiro e Previdenciário, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal de São João da Boa Vista. Os repasses de insuficiência financeira mensais destinados à amortização do déficit financeiro do plano Financeiro, conforme plano de amortização instituído pela Lei Municipal 4.574 de 05/11/2019, também foram repassados dentro do prazo.

Segue abaixo quadros das receitas orçamentárias arrecadas e despesas orçamentárias ocorridas no mês de outubro.

RECEITA - PLANO FINANCEIRO						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	COMPREV	PARCELAMENTO	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	105.740,07	1.218.081,83	125.985,76	0,00	3.881.894,12	5.331.701,78
UNIFAE	12.573,16	239.423,16	6.832,39	0,00	0,00	258.828,71
CÂMARA	2.506,32	5.145,42	1.569,92	0,00	39.913,30	49.134,96
INSTITUTO	0,00	7.673,97	0,00	0,00	0,00	7.673,97
TOTAL	120.819,55	1.470.324,38	134.388,07	0,00	3.921.807,42	5.647.339,42

Importante ressaltar que no Plano Financeiro, quando há uma sobra financeira do mês anterior dos entes, é utilizada para o cálculo do déficit do Plano no período.

DESPESA - PLANO FINANCEIRO						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	4.597.532,61	538.028,48	129.045,54	67.095,15	0,00	5.331.701,78
UNIFAE	270.267,15	68.282,88	23.800,06	1.239,63	0,00	363.589,72
CÂMARA	26.963,04	21.640,32	531,60	0,00	0,00	49.134,96
TOTAL	4.894.762,80	627.951,68	153.377,20	68.334,78	0,00	5.744.426,46

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
85.763,87	5.653,79	811,68	92.229,34

A Lei Complementar nº 4.574, 05 de novembro de 2019, art. 16, criou o Fundo de Oscilação de Risco. No quadro acima está demonstrado os valores repassados mensalmente pelos entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE e Câmara Municipal, ficando capitalizados, podendo ser utilizados para cobertura de eventual insuficiência financeira apurada pelo Instituto de Previdência.

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	COMPREV	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	27.736,08	1.637.891,82	232.307,55	-121.477,18	1.897.935,45
UNIFAE	7.866,23	436.938,93	14.470,47	0,00	459.275,63
CÂMARA	1.572,01	12.422,64	4.689,26	-9.092,55	18.683,91
INSTITUTO	0,00	8.434,66	0,00	0,00	8.434,66
TOTAL	37.174,32	2.095.688,05	251.467,28	-130.569,73	2.384.329,65

No Plano Previdenciário, quando a insuficiência financeira é identificada, o Instituto de Previdência tem enviado notificações oficiais para cobrança. Tanto a Prefeitura Municipal quanto a Câmara Municipal estão justificando formalmente o não repasse amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

Em relação à esta questão, por recomendação do TCE/SP na análise das contas do exercício de 2021 enviamos estudo de anteprojeto de lei ao Executivo e que tramitou no Legislativo para adequar este dispositivo (art. 15) da lei de custeio ao estabelecido tanto nas normas federais, quanto na Constituição Federal que regulamentam a matéria.

Porém, o Legislativo negou seguimento ao debate e tramitação do projeto por sua Comissão de Redação e Justiça sob justificativa simplista de que deveria ser devolvido ao Executivo para reestudo.

Com a contratação de novo Atuário a partir de 25/07/2024 (Escritório Técnico Atuarial e Corretora de Seguros S/S Ltda) o projeto devolvido foi encaminhado para estudo técnico atuarial e, após, será novamente encaminhado para tramitação pelo Executivo e Legislativo.

Até o momento atual, a UNIFAE apresenta superávit no Plano Previdenciário.

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	1.569.155,41	295.446,17	154.811,05	0,00	0,00	2.019.412,63
UNIFAE	151.458,01	15.068,57	23.800,06	0,00	0,00	190.326,64
CÂMARA	26.800,68	0,00	975,78	0,00	0,00	27.776,46
TOTAL	1.747.414,10	310.514,74	179.586,89	0,00	0,00	2.237.515,73

A Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 e alterações, estabeleceu o percentual e a forma de cálculo da Taxa de Administração, para que mensalmente os Planos (Financeiro e Previdenciário) repassem o montante apurado contabilmente e individualizados, como forma de custear as despesas correntes e de capital necessárias para a organização e funcionamento do IPSJBV.

Assim, nos quadros abaixo, segue demonstrado os valores do mês de setembro/2024 da Receita-Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

RECEITA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
154.500,35	197.761,93	352.262,28

DESPESA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	92.629,96
CONTRIBUIÇÕES	10.338,53
MATERIAL DE CONSUMO	180,02
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	48,74
CONSULTORIA	7.300,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	9.837,05
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	22.281,09
SERVIÇO TI	1.298,00

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	9.253,19
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	0,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	0,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	27.730,50
TOTAL	180.897,08

Os recursos denominados “Taxa de Administração” vindos dos planos Financeiro e Previdenciário são utilizados para manutenção do Instituto de Previdência, tais como: folha de pagamento dos seus servidores, gastos com manutenção predial, veicular, água/esgoto, energia elétrica, serviços contratuais, mão-de-obra especializada, aquisições de materiais de escritório, produtos de limpeza e higienização e demais despesas.

Com isso, a sobra do mês será incorporada ao Patrimônio investido e capitalizado do Instituto de Previdência.

SUPERINTENDÊNCIA

1 - Investimentos

Na 19ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, o Banco Mercantil apresentou um resumo institucional. Citou que atualmente, o banco atua em sete estados, atende 200 cidades, possui mais de três mil colaboradores, 297 pontos de atendimento e conta com R\$ 8,2 milhões de clientes.

Durante a apresentação, foram mostrados gráficos de resultados recordes que destacam a solidez do modelo de negócios, culminando em uma dupla elevação no rating pela S&P.

Os produtos oferecidos pelo banco incluem CDBs, Letras Financeiras, Linhas de Crédito, cartões e seguros.

O CDB oferece aplicações com diferentes prazos e taxas competitivas, prometendo liquidez diária e garantia de rentabilidade. O banco atende tanto pessoas jurídicas quanto físicas com suas linhas de crédito.

Tabelas apresentadas demonstraram rendimentos de CDBs e Letras Financeiras, comparando-os com *benchmarks* como IRF-M1, IDKA, IMA-B5 e IRF-M. Os resultados indicaram uma performance satisfatória destes produtos.

Foi apresentado ainda, o relatório de investimentos referente a setembro, que destacou um rendimento de **R\$ 925.319,66** sobre um patrimônio de **R\$ 215.432.374,06**. Um relatório adicional mostrou uma prévia do desempenho dos investimentos em outubro, com um rendimento de R\$ 338.639,23 e um patrimônio consolidado de R\$ 220.267.547,07.

Na análise de fundos, foi discutida a convocação para a Assembleia Geral Extraordinária do fundo **GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL**, visando aprovar a mudança de administração do Banco Daycoval para a BTG Pactual. Essa alteração não modificará o enquadramento do fundo e está em conformidade com as normas regulatórias da CVM.

O Comitê de Investimentos, deliberou a respeito de várias movimentações estratégicas. Propuseram o resgate total de fundos com baixo desempenho, como o **GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL**, e o redirecionamento de recursos para fundos menos voláteis e atrelados ao CDI. Estas ações visam ajustar a carteira para melhor alinhamento com a meta atuarial, dadas as atuais condições econômicas, incluindo juros altos e incertezas de mercado.

Por fim, a meta atuarial para 2025 foi discutida. Após debate, foi decidido manter a meta de 5,16%, igual à proposta para o exercício de 2024. Esta decisão considerou tanto o impacto na provisão matemática do cálculo atuarial quanto as incertezas do mercado, focando em alcançar um crescimento patrimonial sustentável para o Plano Previdenciário.

As medidas tomadas pelo Comitê refletem uma estratégia cautelosa para enfrentar os desafios econômicos e assegurar a consecução dos objetivos financeiros da instituição.

Na apresentação do Banco do Brasil, ocorrida no dia 29 de outubro de 2024, o Especialista em Investimentos para RPPS do Banco do Brasil, Sr. Lucas de Oliveira, apresentou gráficos sobre as taxas de juros do *Federal Reserve (FED)* e do Banco Central Europeu (BCE). Ele mencionou a expectativa de que o *FED* tome medidas para conter os temores de recessão.

No cenário doméstico, Lucas utilizou gráficos para mostrar a evolução da taxa Selic, evidenciando que a atividade econômica e o mercado de trabalho estão se mostrando mais dinâmicos do que o esperado, o que complica a convergência da inflação à meta estabelecida. A curva de juros no Brasil continua pressionada por um cenário externo volátil e incertezas fiscais. Ele ressaltou que as estratégias relacionadas ao CDI e ao Crédito Privado têm mostrado desempenho superior em comparação a outras opções de renda fixa e devem se fortalecer com a alta da Selic.

Em seguida, Lucas apresentou um gráfico projetando o comportamento do CDI em relação à meta, além de sugerir alguns fundos para possíveis aportes que poderiam agregar à carteira do IPSJBV. Todos os fundos apresentados foram demonstrados com comparativo gráfico de performance em relação aos seus *benchmarks*.

No que diz respeito ao acompanhamento dos investimentos, foi compartilhado o relatório de rentabilidade e retorno dos investimentos até 23/10/2024, que projetou um rendimento total de R\$ 1.434.973,56 e um patrimônio consolidado de R\$ 221.319.532,99.

Observou-se que os recentes resgates de fundos com benchmark em IMA, IMA-B, IMA-B5 e Ações, aplicados em CDI, apresentaram resultados satisfatórios, contribuindo para o alavancagem da carteira do IPSJBV e para alcançar a meta.

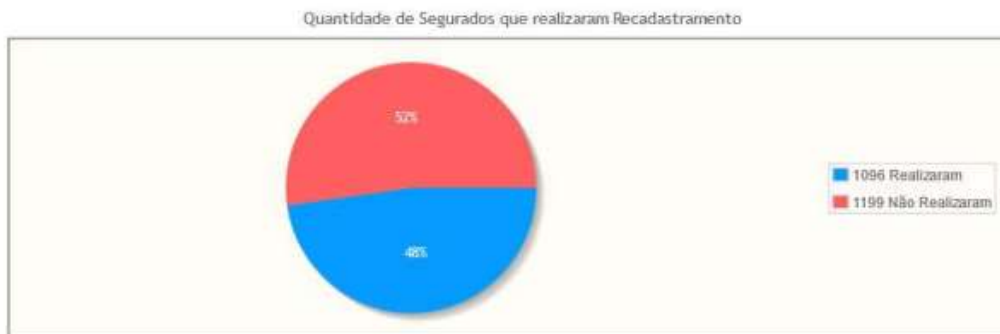
Tomando conhecimento de uma matéria sobre supostos casos de corrupção envolvendo previdências municipais, levou o Comitê a debater a possibilidade de resgate total do único fundo em que o IPSJBV possui aplicação com a distribuidora DOLAR BILLS (atualmente EMPIRE CAPITAL), o **PORTO SEGURO IMA-B5 FIC I RENDA FIXA LONGO PRAZO**. Após debate, os membros decidiram manter a aplicação neste fundo por enquanto, com o compromisso de acompanhar a situação.

Em análise da carteira do IPSJBV, os membros notaram que os fundos capitalizados da Taxa de Administração: **BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL**, apresentava um rendimento inferior ao **BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL**, em diversas janelas de tempo. Por unanimidade, o Comitê decidiu realizar o resgate total do primeiro fundo e aplicar os recursos no segundo, visando o cumprimento da meta ao final do exercício de 2024.

Por fim, a Diretora Sra. Ednéia Ridolfi informou que disponibilizou o Relatório Administrativo/Financeiro de setembro de 2024, o qual foi analisado pelos membros do Comitê. Não houve ressalvas ou dúvidas em relação ao documento, e o parecer do Comitê de Investimentos acompanhará a ata.

2 – Demais assuntos administrativos

Censo Previdenciário – O Grupo de Trabalho foi criado para oferecer suporte e monitoramento durante o Censo Cadastral Previdenciário de 2024. Estes se reúnem mensalmente, nestes encontros a Diretora de Benefícios, Sra. Priscila de Andrade Bertholucci, disponibiliza por meio do Processo Administrativo nº 1.250/2024 da plataforma 1Doc, o Relatório Estatístico do Recadastramento *Web*, emitido pelo sistema operacional FOUR INFO como parte do monitoramento.



Fonte: FOUR INFO – Sistemas Operacionais – www.fourinfo.com.br

No gráfico apresentado, pode-se observar que 1.096 servidores já realizaram o Censo, enquanto 1.199 servidores ainda não efetuaram o recadastramento. Na próxima reunião do Grupo de Trabalho do Censo Previdenciário, instituído pela Portaria nº 18.091/2024, será enfatizada a necessidade de conscientização dos servidores sobre a importância de atualizar seus dados cadastrais. Uma base de dados sólida é fundamental para sustentar os estudos técnicos que refletem a real situação de nossa autarquia previdenciária.

Para que cada responsável de departamento possa acompanhar o progresso do Censo nas áreas sob sua responsabilidade, foi encaminhado relatório individualizado por departamento. Desta forma, a orientação e o monitoramento para conclusão do recadastramento será mais pontual.

Projeto de Lei para Reestruturação Administrativa – Com o intuito de otimizar a estrutura administrativa do IPSJBV, a Diretoria Jurídica do IPSJBV elaborou um anteprojeto de Lei Complementar, com foco especial na regulamentação do Controle Interno, que atualmente não está previsto em nossa legislação.

O Controle Interno é fundamental para promover transparência, eficiência e responsabilidade nas instituições públicas. Sua regulamentação contemplará suas atribuições e responsabilidades garantindo uma estrutura clara e essencial para seu funcionamento do IPSJBV.

As demandas sobre o Controle Interno aumentaram nos últimos anos, devido à expansão das áreas de fiscalização e à complexidade dos relatórios nos RPPS, que envolvem temas como a ciência atuarial.

Além disso, a regulamentação é necessária para assegurar maior autonomia e independência ao Controle Interno, evitando compromissos à sua imparcialidade e efetividade na detecção e correção de falhas administrativas. Seu funcionamento eficaz é crucial para manutenção ao Pró-Gestão RPPS, que valida boas práticas de gestão pública e reforça o compromisso da administração com a excelência na gestão dos recursos previdenciários.

O projeto contempla também a extinção do cargo de Auxiliar Previdenciário 3 – área Transporte, para criar mais uma vaga para o cargo de Auxiliar Previdenciário 2 – área Geral.

Visando atender ao Decreto nº 7.504/2023 sobre contenção de gastos com pessoal, a proposta é extinguir o cargo de Auxiliar Previdenciário 3 – Área Transporte, compensando a criação de uma vaga efetiva para Auxiliar Previdenciário 2 – Área Geral. A eliminação do cargo de transporte, com funções similares a motorista, se justifica pela baixa demanda por deslocamentos, limitados a poucos eventos anuais, para os quais contratam-se serviços de transporte externo. Em contrapartida, aumenta a capacidade na Área Geral que é essencial para lidar com a crescente demanda administrativa e atendimento ao público, melhorando a eficiência do IPSJBV.

Extingue também o cargo de Analista Previdenciário 1 – Médico do Trabalho. Pois desde a criação da autarquia, o cargo de Analista Previdenciário 1 - Médico do Trabalho nunca foi ocupado, o que indica que a demanda interna não justifica a manutenção da posição. As atividades de medicina do trabalho, como exames admissionais e laudos médicos periciais para aposentadoria especial, são realizadas esporadicamente pelo corpo técnico da Prefeitura de São João da Boa Vista, responsável pelos servidores ativos.

Dessa forma, as demandas são insuficientes para justificar a remuneração de um médico com carga horária de 20 horas semanais, o que não é economicamente viável para o IPSJBV, dada a baixa quantidade de trabalho.

A terceirização das perícias médicas para reavaliação de aposentadorias por incapacidade permanente e análise de pedidos de compensação previdenciária é uma solução economicamente vantajosa para o Instituto. A contratação externa permite pagar apenas pelos serviços prestados, otimizando recursos financeiros e evitando custos contínuos em períodos de baixa demanda. Essa abordagem oferece flexibilidade para contratar especialistas qualificados conforme a necessidade anual, sem a obrigação de manter um médico em tempo integral.

Assim, a extinção do cargo de Médico do Trabalho e a adoção da terceirização são soluções racionais e eficientes, alinhadas às necessidades do Instituto de Previdência e à otimização dos recursos públicos a curto, médio e longo prazo.

Projeto de Lei para o Fundo de Oscilação de Risco – Em conformidade com a Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, artigo 16, inciso II, que estabelece que o São João Prev deve abrir uma conta para a reserva de oscilação de risco, mantendo valores repassados que correspondam, no mínimo, a duas folhas de pagamento de benefícios do Plano Financeiro.

O Controle Interno do IPSJBV, após análises regulares, constatou que, embora o fundo de oscilação esteja próximo de completar 60 meses, ainda não foram capitalizadas duas folhas do Plano Financeiro, como exigido. De acordo com a lei, a Administração anterior deveria ter reservado uma folha do Plano no fundo e realizado cálculos e cobranças mensais de aportes de 1,67% da folha de benefícios. Isso serviria para compor a segunda folha, cumprindo o estabelecido no Artigo 16, inciso II.

Portanto, o Controle Interno recomendou que o Superintendente e a Diretoria Jurídica informassem os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, além do Comitê de Investimentos, visando discutir e decidir sobre adequações necessárias à lei.

Adicionalmente, o Controle Interno sugeriu rever o volume capitalizado na conta da reserva da taxa de administração, que acumula aproximadamente R\$ 10 milhões. Recomendando transferir parte deste montante para o Plano Previdenciário, mas enfatizou-se a necessidade de debate colegiado sobre os dados apresentados.

Com base nos apontamentos, o Superintendente, juntamente com a Diretoria Executiva levaram ao conhecimento dos Conselhos, concluindo que a melhor abordagem para regularizar e completar as duas folhas no fundo de oscilação seria transferir da taxa de administração um valor equivalente a uma folha do Plano Financeiro, atualmente R\$ 5.737.485,06.

Além disso, considerou-se apropriado transferir R\$ 4.447.621,68 da taxa de administração para o Plano Previdenciário, mantendo uma reserva de R\$ 500 mil para manutenção do IPSJBV.

O projeto de lei foi encaminhado para análise do Executivo e, posteriormente, para aprovação do Legislativo, seguindo a revisão e aprovação pelos Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como pelo Comitê de Investimentos.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

1 – Cenário Econômico

Cenário Econômico Global - No mês de outubro de 2024, o cenário econômico global se caracteriza por uma série de desafios e oportunidades que moldam as estratégias econômicas em escala mundial. A política monetária continua a ser um dos principais focos das economias desenvolvidas. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve busca um equilíbrio cuidadoso entre combater a inflação e sustentar o crescimento econômico, com ajustes nas taxas de juros que impactam não apenas a economia doméstica, mas também os fluxos financeiros globais.

Na Europa, o Banco Central Europeu enfrenta um cenário semelhante, onde a manutenção de uma inflação controlada é essencial para sustentar a confiança nos mercados, enquanto se promove o crescimento econômico através de políticas que buscam inovação e sustentabilidade.

O comércio internacional continua sendo influenciado por negociações comerciais entre potências como os Estados Unidos e a China. A normalização das cadeias de suprimento, anteriormente impactadas por tensões comerciais e a pandemia, é uma prioridade para garantir a estabilidade dos preços e a disponibilidade de produtos essenciais.

A transição energética segue em ritmo acelerado, com países investindo fortemente em tecnologias sustentáveis para reduzir dependências de combustíveis fósseis. Esta mudança não só contribui para metas ambientais, mas também cria novos setores econômicos e oportunidades de emprego.

Na geopolítica, as relações entre grandes potências, como Estados Unidos, China e Rússia, continuam a ser determinantes para a estabilidade global. Situações de conflitos militares e diplomáticos impactam diretamente a economia, influenciando desde os preços de energia até a confiança dos investidores.

Cenário Econômico Nacional (Brasil) – No Brasil, a economia em outubro de 2024 está focada em consolidar avanços obtidos ao longo do ano. A política monetária conduzida pelo Banco Central é vigilante em relação à inflação, utilizando a taxa SELIC como principal ferramenta para garantir a estabilidade de preços e fomentar um ambiente propício para o crescimento econômico.

O governo avança em sua agenda de reformas fiscais e administrativas, buscando melhorar a eficiência do setor público e impulsionar o investimento privado. Estas reformas são vistas como cruciais para criar um ambiente econômico mais competitivo e atrair capital estrangeiro.

O setor agrícola continua a desempenhar um papel vital na economia brasileira, com exportações robustas que sustentam a balança comercial. A adoção de novas tecnologias e práticas sustentáveis aprimora a produtividade e a resiliência do setor diante de desafios climáticos.

O investimento em infraestrutura é um dos pilares para o desenvolvimento econômico, com projetos em andamento destinados a melhorar a logística, energia e comunicação no país. Tais investimentos são fundamentais para integrar melhor o Brasil aos mercados globais.

Por fim, o mercado de trabalho se beneficia de iniciativas de capacitação e políticas voltadas para a inclusão laboral, enfrentando desafios de desemprego com programas que visam a formação profissional em setores de tecnologia e inovação.

Em síntese, o Brasil, assim como o cenário global, encara outubro de 2024 com uma combinação de precaução e potencial para crescimento, em um ambiente econômico que requer vigilância constante e adaptação estratégica às dinâmicas internacionais e internas.

2 – Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de outubro uma rentabilidade positiva **R\$ 1.884.192,17**, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 217.487.858,23**.

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	200.775.472,45	-196.420,28	-196.420,28	-0,10%	-0,10%	0,84%	0,84%
fevereiro	203.559.426,19	2.531.295,82	2.334.875,54	1,24%	1,14%	1,25%	2,11%
março	206.931.475,70	3.043.151,63	5.378.027,17	1,47%	2,63%	0,58%	2,70%
abril	205.796.435,13	-1.341.343,67	4.036.683,46	-0,64%	1,98%	0,80%	3,52%
maio	190.394.296,43	1.039.371,74	5.076.055,20	0,50%	2,49%	0,88%	4,44%
junho	208.397.855,81	1.833.791,06	6.909.846,26	0,88%	3,39%	0,63%	5,09%
julho	211.246.860,16	2.408.658,59	9.318.504,85	1,13%	4,56%	0,80%	5,94%
agosto	214.521.947,35	2.611.420,19	11.929.925,04	1,22%	5,84%	0,40%	6,36%
setembro	215.432.374,06	925.319,66	12.855.244,70	43,00%	6,29%	0,86%	7,28%
outubro	217.487.858,23	1.884.192,17	14.739.436,87	0,86%	7,21%	0,98%	8,33%

Os membros do Comitê de Investimentos nas suas análises e estratégias dos investimentos, buscam adequar a carteira ao que foi estipulado para o exercício, somado ao cenário econômico para o cumprimento de Meta.

A alocação por enquadramento/artigo segue a determinação do Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963 publicada em 25/11/2021, Subseção I, que estabelece um limite máximo de alocação para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A Resolução CMN nº 4.963 que entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, estabeleceu que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão, conforme o Manual do Pró-Gestão RPPS, estarão sujeitos a diferentes limites de alocação.

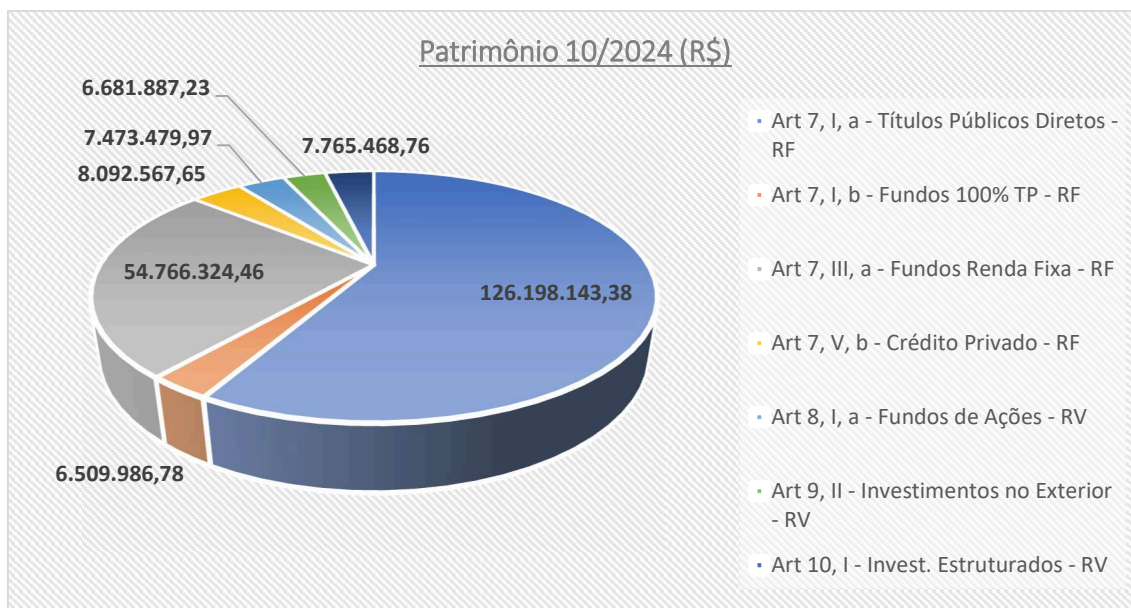
A nova norma visa vincular os níveis de governança dos RPPS aos limites de alocação, flexibilizando-os para aqueles que aderem a padrões mais rigorosos, aumentando a segurança das aplicações e criando novas oportunidades para os gestores.

Assim, os limites de alocação poderão variar entre os RPPS, dependendo do nível de adesão ao Manual e entre os segmentos de aplicação definidos na Resolução CMN 4.963, que introduziu mudanças significativas em relação à Resolução CMN 3.922.

Observamos no quadro abaixo, a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontado com a Política de Investimentos para 2024.

Nota-se que a alocação da carteira do IPSJBV está abaixo do limite máximo permitido pela Resolução. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	126.198.143,38	1.307.523,04	58,03%	42,00%	100,00%	Meta Atuarial IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	6.509.986,78	4.487,28	2,99%	10,00%	100,00%	Meta do Mês 0,98%
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	54.766.324,46	493.806,72	25,18%	22,00%	70,00%	Rentabilidade 0,86%
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	8.092.567,65	49.780,10	3,72%	4,00%	10,00%	Abaixo da meta 0,12%
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	7.473.479,97	-183.262,57	3,44%	15,00%	40,00%	
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	6.681.887,23	232.634,21	3,07%	3,00%	10,00%	
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	7.765.468,76	-20.776,61	3,57%	4,00%	10,00%	
TOTAL	217.487.858,23	1.884.192,17	100,00%	100,00%		



A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2024 do Instituto de Previdência foi de IPCA+5,16%. Assim, segue demonstrado na tabela abaixo, o rendimento/retorno positivo de 0,86% atingido pelo Instituto no mês de outubro, não atingindo a meta mensal de 0,98% para toda a carteira.

Meta Atuarial (IPCA + 5,16)	no Mês	no Ano
Meta	0,98%	8,33%
Rendimento	0,86%	7,21%

Abaixo segue demonstrativos dos Ativos que compõe a carteira do São João Prev no fechamento de outubro.

INVESTIMENTOS - OUTUBRO/2024

PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
N/A	NTN-B 760199 20240815 / 1387786	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52%	--	--	--	ago/24	0,01
N/A	NTN-B 760199 20250515 / 1504836	4.158.970,37	0,00	0,00	4.203.540,28	44.569,91	1,07%	--	--	--	mai/25	442.069,71
N/A	NTN-B 760199 20250515 / 813218	6.141.050,79	0,00	0,00	6.206.222,28	65.171,49	1,06%	--	--	--	mai/25	200.770,03
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.152.271,18	0,00	0,00	4.195.614,67	43.343,49	1,04%	--	--	--	ago/26	416.994,55
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	5.968.296,89	0,00	0,00	6.032.435,33	64.138,44	1,07%	--	--	--	ago/26	171.800,68
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.075.832,24	0,00	0,00	2.097.303,96	21.471,72	1,03%	--	--	--	mai/27	213.282,93
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.049.839,61	0,00	0,00	5.103.518,29	53.678,68	1,06%	--	--	--	mai/27	250.820,30
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.072.838,04	0,00	0,00	3.105.846,77	33.008,73	1,07%	--	--	--	mai/27	101.972,05
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.046.099,16	0,00	0,00	5.099.787,35	53.688,19	1,06%	--	--	--	ago/28	230.791,97
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	4.972.593,96	0,00	0,00	5.026.186,24	53.592,28	1,08%	--	--	--	ago/28	143.656,49
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.047.853,62	0,00	0,00	5.101.481,21	53.627,59	1,06%	--	--	--	mai/29	250.557,92
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.070.321,84	0,00	0,00	3.103.358,77	33.036,93	1,08%	--	--	--	mai/29	102.090,35
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.016.580,91	0,00	0,00	2.038.002,33	21.421,42	1,06%	--	--	--	mai/29	38.781,47
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.040.104,03	0,00	0,00	5.093.555,44	53.451,41	1,06%	--	--	--	ago/30	229.643,41
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.041.044,89	0,00	0,00	5.093.842,18	52.797,29	1,05%	--	--	--	ago/30	95.291,26

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.163.454,76	0,00	0,00	2.186.659,83	23.205,07	1,07%	--	--	--	mai/35	377.047,25
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.053.835,58	0,00	0,00	8.138.182,47	84.346,89	1,05%	--	--	--	mai/35	152.244,39
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	10.942.097,15	0,00	0,00	11.054.234,05	112.136,90	1,02%	--	--	--	ago/40	1.922.006,25
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.282.519,90	0,00	0,00	4.326.150,26	43.630,36	1,02%	--	--	--	mai/45	552.120,40
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.100.819,19	0,00	0,00	2.122.075,11	21.255,92	1,01%	--	--	--	mai/45	230.249,82
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.029.053,89	0,00	0,00	4.071.361,39	42.307,50	1,05%	--	--	--	mai/45	76.410,57
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.212.426,38	0,00	0,00	5.265.528,36	53.101,98	1,02%	--	--	--	ago/50	658.756,43
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.099.438,33	0,00	0,00	2.120.722,03	21.283,70	1,01%	--	--	--	ago/50	224.609,37
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.019.153,63	0,00	0,00	3.050.911,72	31.758,09	1,05%	--	--	--	ago/50	57.375,22
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.359.836,94	0	0	5.414.396,11	54.559,17	1,02%	--	--	--	mai/55	692.196,07
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.100.129,95	0,00	0,00	2.121.416,31	21.286,36	1,01%	--	--	--	mai/55	231.372,96
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.339.438,42	0,00	0,00	4.384.972,08	45.533,66	1,05%	--	--	--	mai/55	82.220,14
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.212.002,35	0,00	0,00	5.265.078,66	53.076,31	1,02%	--	--	--	ago/60	659.737,17
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.102.500,30	0,00	0,00	2.123.795,54	21.295,24	1,01%	--	--	--	ago/60	225.261,86
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.020.216,04	0,00	0,00	3.051.964,36	31.748,32	1,05%	--	--	--	ago/60	57.346,44
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		124.890.620,34	0,00	0,00	126.198.143,38	1.307.523,04						9.087.477,47



CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
10.922.432/0001-03	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF LP	2.429.052,23	0,00	2.434.004,44	0,00	4.952,21	0,20%	0,74%	0,16	18-17	D+0	2.434.004,44
10.756.541/0001-06	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FI RF LP	1.122.901,35	0,00	0,00	1.104.188,09	-18.713,26	-1,67%	-1,67%	0,69	20-21	D+0	-68.237,48
13.455.117/0001-01	SANTANDER RF IMA-B 5 PREMIUM FIC FI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44%	0,38%	0,19	108-105	D+1du	0,01
21.838.150/0001-49	ITAÚ INST ALOC DINÂMICA RF FIC FI	4.296.363,34	0,00	3.000.000,00	1.314.611,67	18.248,33	0,81%	0,82%	0,06	195-188	D+0	314.611,67
ART 7º, I, b - Fundos de Títulos Públicos		7.848.316,92	0,00	5.434.004,44	2.418.799,76	4.487,28						2.680.378,64

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
07.861.554/0001-22	BB PREV RF IMA-B FI	842.467,30	0,00	0,00	836.773,88	-5.693,42	-0,68%	-0,68%	0,46	219-212	D+1du	-106.595,44
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	8.923.853,51	2.322.623,92	6.216.795,47	5.093.910,68	64.228,72	0,94%	0,93%	0,03	1214-1235	D+0	2.090.174,68
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	9.122.165,69	5.434.004,44	0,00	14.669.444,71	113.274,58	0,90%	0,91%	0,04	1069-1096	D+0	671.000,68
24.011.864/0001-77	PORTO SEGURO IMA-B5 FIC FI RENDA FIXA LP	2.031.656,19	0,00	0,00	2.045.565,24	13.909,05	0,68%	0,68%	0,18	134-132	D+0	2.045.565,24
03.399.411/0001-90	BRDESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM	11.631.777,85	8.000.000,00	0,00	19.781.209,05	149.431,20	0,91%	0,93%	0,04	557-584	D+0	921.493,38
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		32.551.920,54	15.756.628,36	6.216.795,47	42.426.903,56	335.150,13						5.621.638,54

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
14.091.645/0001-91	BB PREV RF CRÉDITO PRIV IPCA III FI	4.168.786,11	0,00	4.182.102,93	0,00	13.316,82	0,32%	0,32%	0,27	37-35	D+30	1.310.455,23
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRÉDITO PRIVADO	0,00	4.028.052,18	0,00	4.045.982,10	17.929,92	0,90%	0,94%	0,04	60773-63340	D+0	17.929,92
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CREDITO PRIVADO	0,00	4.028.052,19	0,00	4.046.585,55	18.533,36	0,93%	0,97%	0,04	2024-2078	D+0	18.533,36
ART 7º, V, b - Fundos de renda Fixa		4.168.786,11	8.056.104,37	4.182.102,93	8.092.567,65	49.780,10						1.346.918,51

CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
38.280.883/0001-03	GUEPARDO VALOR INST FIC FIA	5.276.267,82	0,00	0,00	5.219.201,32	-57.066,50	-1,08%	-1,08%	--	100-100	D+30	5.219.201,33
08.279.304/0001-41	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	90.648,09	0,00	0,00	90.554,30	-93,79	-0,10%	-0,10%	0,94	1532-1461	D+1du	-4.228.131,72
03.394.711/0001-86	BRADESCO IBOVSPA PLUS FIA	10.289.826,63	0,00	8.000.000,00	2.163.724,35	-126.102,28	-2,61%	-1,63%	1,1	47-47	D+0	607.161,87
ART 8º, I - Renda Variável		15.656.742,54	0,00	8.000.000,00	7.473.479,97	-183.262,57						1.598.231,48

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
21.752.617/0001-33	BB MULTIMERCADO NORDEA IE FI	4.525.761,30	0,00	0,00	4.631.080,67	105.319,37	2,33%	2,33%	0,93	14-14	D+1du	631.080,67
33.913.562/0001-85	MS GLOBAL OPPORT DÓLAR ADV FIC FIA IE	1.923.491,72	0,00	0,00	2.050.806,56	127.314,84	6,62%	6,62%	--	6022-6787	D+1du	50.806,56
ART 9º, II, a - Investimento no Exterior		6.449.253,02	0,00	0,00	6.681.887,23	232.634,21						681.887,23

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LP	7.786.245,37	0,00	0,00	7.765.468,76	-20.776,61	-0,27%	-0,27%	--	14620-16038	D+0	2.765.468,75
ART 10º, I - Fundos Estruturados		7.786.245,37	0,00	0,00	7.765.468,76	-20.776,61						2.765.468,75

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO	199.351.884,84	23.812.732,73	23.832.902,84	201.057.250,31	1.725.535,58							23.782.000,62
-----------------------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	-----------------------	---------------------	--	--	--	--	--	--	----------------------

PLANO FINANCEIRO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	1.948.256,07	1.962.447,75	0,00	14.191,68	0,86%	--	0,03	1214-1235	D+0	0,00
TOTAL PLANO FINANCEIRO		0,00	1.948.256,07	1.962.447,75	0,00	14.191,68						0,00

FUNDO DE OSCILAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	5.395.382,48	5.653,79	0,00	5.451.416,86	50.380,59	0,93%	--	0,03	1214-1235	D+0	1.134.320,30
TOTAL FUNDO DE OSCILAÇÃO		5.395.382,48	5.653,79	0,00	5.451.416,86	50.380,59						1.134.320,30

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.624.305,21	220.000,00	20.000,00	6.888.004,04	63.698,83	0,93%	--	0,03	1214-1235	D+0	1.476.817,25
35.292.588/0001-89	BB PREV RF ALOC ATIVA RT FIC FI	4.060.801,53	0,00	0,00	4.091.187,02	30.385,49	0,75%	--	--	665-657	D+3du	739.969,58
TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		10.685.106,74	220.000,00	20.000,00	10.979.191,06	94.084,32						2.216.786,83

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)
	215.432.374,06	25.986.642,59	25.815.350,59	217.487.858,23	1.884.192,17

São João da Boa Vista, 29 de novembro de 2024

Ednéia Ridolfi
Diretora Adm/Financeira

Cleber Augusto Nicolau Leme Superintendente
Superintendente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DE33-0298-8093-773D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 29/11/2024 18:10:56 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME (CPF 268.XXX.XXX-95) em 03/12/2024 11:24:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/DE33-0298-8093-773D>